

“NESTA ESCOLA NÃO HÁ LUGAR PARA BICHINHAS [...]”: DIVERSIDADE SEXUAL E HOMOFOBIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Isabela Candeloro Campoi

Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR

Marcos da Cruz Alves Siqueira

Faculdade de Paraíso do Norte - FAPAN

RESUMO

O objetivo deste estudo é compreender as práticas no tratamento à diversidade sexual por parte das equipes das escolas pesquisadas, que foram analisadas em consonância às políticas públicas educacionais. Para tanto, foi feita uma discussão teórica sobre a temática e sua aplicação nos estudos acadêmicos. Verificou-se diferentes opiniões e representações sobre a diversidade sexual e a homofobia nas respostas dos(as) entrevistados(as), a partir das quais se constatou a afirmação dos estereótipos que têm proporcionado diversas formas de violência enfrentadas pelos alunos e alunas LGBTT. A partir da análise dos últimos relatórios sobre as violências homofóbicas no Brasil, averiguou-se que, apesar das políticas públicas estaduais e nacionais criadas para o enfrentamento da violência homofóbica, os discursos contidos nas respostas minimizam os sujeitos que fogem do padrão heteronormativo.

Palavras-chave: Educação; Homofobia; Escolas; Diversidade Sexual; Políticas Públicas.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de
Teoria e Prática
da Educação



O DISCURSO SEXUAL PRESENTE NO COTIDIANO



h
a
ção na cidade de Paranavaí – Rua Amazonas esquina com Avenida Heitor Alencar Furtado, foto tirada por Marcos da Cruz Alves Siqueira em 7 agosto de 2014.)

O preconceito pode ser compreendido como mecanismo de manutenção da hierarquização utilizado por grupos sociais, legitimando no cotidiano a inferiorização de determinados grupos, o que muitas vezes consolida-se em ódio e violência de uns(umas) sobre outros(as). A frase fotografada evidencia essa carga de preconceito estampada no espaço urbano. A partir da imagem, refletimos sobre uma manifestação, explicitamente preconceituosa que atinge os(as) transeuntes da cidade.

Desse modo, as manifestações no cotidiano são apenas um reflexo do pensamento dos grupos locais, externalizando em muros, em ruas e em praças a sua compreensão de determinados assuntos. Em outras palavras, o cotidiano faz parte das relações sociais entre os indivíduos. O cotidiano apresenta-nos diferentes ideias e representações sobre a vida em sociedade. Segundo Agnes Heller (1992, p. 57), “[...] o cotidiano é a materialização do pensamento e das ações humanas”. É no cotidiano que homens e mulheres constroem relações de poder, divisão do trabalho, individualidade e personalidade. É por meio do cotidiano que ambos começam a dominar os espaços de sociabilidade e a manipular ações que diretamente têm uma interferência com o meio.

Ao passar do estado da idealização, que, segundo Agnes Heller (1992), é pensada na mente humana e materializada em suas ações, as interações dos

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



sujeitos passam a se concretizar no cotidiano e suas relações sociais vão sendo moldadas de acordo com as normas e os valores impostos pelos membros que participam dessa construção cotidiana.

Ainda de acordo com a autora, se idealizarmos o cotidiano como a participação de todos(as), cairíamos em uma lacuna histórica que não explicaria diretamente os atos de preconceitos e exclusão que ocorrem no cotidiano. Para responder essas questões, é preciso entender antes de tudo como é composto esse cotidiano e qual grupo prevalece sobre o outro.

Desse modo, ao focalizarmos a discussão sobre o discurso sexual presente no cotidiano, podemos compreender como pessoas LGBTT foram excluídas e privadas de direitos, tendo de construir seu cotidiano à margem da sociedade por conta dos preconceitos.

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideais, ideologias. O fato de que todas as suas capacidades se coloquem em funcionamento determina também, naturalmente, que nenhuma delas possa realizar-se, nem de longe, em toda a sua intensidade. O homem da cotidianidade é atuante e fruidor, ativo e receptivo, mas não tem nem tempo nem possibilidade de se absorver inteiramente em nenhum desses aspectos; por isso não pode aguçá-los em toda a sua intensidade. (HELLER, 1992, p. 17-18).

Dentro dessa ótica, o homem e a mulher começam a expressar suas capacidades e suas habilidades que são a construção de várias interações entre os indivíduos, por meio de signos expressos em diversos meios: educação, políticas e das relações sociais. O cotidiano é a possibilidade de interação do indivíduo com o seu meio social. O sujeito ao participar da dinâmica do cotidiano e suas relações sente-se pertencente ao espaço (HELLER, 1992).

Ao desenvolver essa relação com o espaço social, temos de pensar que, nesse cotidiano permeado de significados, formam-se também preconceitos legitimadores da violência, no sentido de que determinadas construções do cotidiano possam permanecer inalteráveis.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Os preconceitos, portanto, são obra da própria integração social (por exemplo, da nação ou da camada, mas sobretudo da classe) que experimenta suas reais possibilidades de movimento mediante ideias e ideologias isentas de preconceitos. Os preconceitos servem para consolidar e manter a estabilidade e a coesão da integração dada. (HELLER, 1992, p. 53).

Segundo Agnes Heller (2013), discursos pluralistas ganham o cotidiano e interferem na sua construção. Se há alguns séculos tínhamos um rei e uma Igreja que definiam a trajetória dos(as) cidadãos(ãs), hoje os diálogos midiáticos, redes sociais, *internet*, jornais, conversas, religião, proporcionam outra perspectiva para a construção do cotidiano e das leis. Cada grupo direciona e modifica o cotidiano por meio do discurso, para que os membros que frequentam os espaços de sociabilidades possam atuar conforme os ideais e as ideologias de cada grupo. Caso isso não aconteça, uma parcela desse grupo é marginalizada, não participando diretamente nas decisões e nas construções do cotidiano.

A maioria dos preconceitos é produto de grupos dominantes, que, para manterem-se no poder, utilizam tais preconceitos como ferramenta para isolar grupos e ganhar forças. Por esse viés, quando novas configurações sexuais, tratadas aqui como LGBTT, começam a ganhar espaço e a lutar por seus direitos, alguns(mas) agentes da sociedade precisam explicar o surgimento desse grupo. Então começam a aparecer discursos múltiplos sobre essa população. Esses discursos aparecem no cotidiano das pessoas, passam a ganhar as instituições públicas, privadas e invadem reuniões de igrejas e, acima de tudo, passam a entrar no campo dos direitos e da política (PRADO; MACHADO, 2012).

Observamos que os discursos em torno da construção das homossexualidades ganham manutenção e legitimidade por meio de grupos que se expressam na publicidade, nos jornais, na *internet* e nas redes sociais, entre outros meios que percorrem vários caminhos com o intuito de confundir o sujeito em sua formação. Tomemos como exemplo o discurso religioso que trata a homossexualidade pelo viés da culpa e estabelece um modelo de conduta sexual única, considerando outras formas de sexualidade como sendo pecado (PRADO; MACHADO, 2012).

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Pensar as relações de gênero na sociedade contemporânea é questionarmos os discursos postos como naturais das relações humanas, afetivas e sociais. Ao desconstruirmos discursos de grupos dominantes que marginalizaram e excluíram indivíduos LGBTQTT de participarem da construção do cotidiano, direcionando homens e mulheres a pensar em um único modo de conduzirem suas práticas cotidianas e sexuais, especificando o papel do homem e da mulher, colocamos em cheque tal construção e propomos uma ruptura da ordem que se materializa por meio do discurso. E quando o discurso não é o bastante para manter a naturalização da ordem social vigente, utilizam da violência para que a sua ideologia possa continuar a vigorar na sociedade.

Quando adentramos o campo das sexualidades, percebemos um universo de significados multifacetado e construído individual ou coletivamente. Mergulhar em tais significados é compreender a construção da sexualidade, os discursos históricos de determinadas épocas, observando as posições políticas, econômicas e culturais. Conforme provoca Foucault em seu questionamento: “Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?” (FOUCAULT, 2005).

BREVIÁRIO DA(S) HOMOSSEXUALIDADE(S)

Vamos explicitar a criação histórica da nomenclatura homossexualidade, observando suas representações ao longo da história. Vale lembrar que a sexualidade sofre processos de rupturas ao longo da história, conforme mostraremos a seguir. “A sexualidade humana é uma dimensão da experiência social permeada por inumeráveis questões. Através dela, todo um universo de desejos, crenças e valores são articulados [...]” (PRADO; MACHADO, 2012, p. 7). Pensar esse universo de articulações sobre a sexualidade humana é tentarmos entender a onda de preconceitos e violência contra homossexuais no Brasil e no mundo e diversas abordagens que essa temática pode proporcionar.

Antes de analisarmos as lutas e a resistência dos movimentos LGBTQTT, precisamos compreender a criação histórica das *HOMOSSEXUALIDADES*, termo

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



destacado neste texto no plural, pois faremos uma análise histórica do seu surgimento. Assim sendo, romperemos com o discurso hegemônico que constrói formas e significados que criam consciências sem a utilização da violência ou da coerção, naturalizando hierarquias sociais e produzindo sujeitos reprodutores de seus valores.

A partir dessa reflexão, é preciso analisar a origem das palavras homossexualismo/homossexualidade e como o sujeito homossexual ganha notoriedade na sociedade e no campo de disputa político e ideológico:

HOMOSSEXUALISMO (o termo original), é uma palavra híbrida, formada pela fusão de três radicais de origem linguística distinta: 1. do grego, *homo* = “igual, semelhante, o mesmo que”; 2. Do latim, *sexus* = sexo; 3. Do latim, *ismo* = “próprio de”, “que tem a natureza de”, “condição de”. O sufixo *ismo* ao ser incorporado reforçou na representação da palavra os pressupostos da época (religioso-moralista, médico-patológico, jurídico-criminal) para os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo, ou seja, algo de natureza anormal, essencialmente patológico, doente, desviante, perverso, pecaminoso. (FURLANI, 2009, p. 153).

Esse termo foi inventado, segundo Furlani (2009), pelo médico húngaro Karoly Maria Benkert, dentro do contexto da medicina ocidental, a qual caracterizava um comportamento anormal, segundo o discurso médico que buscava explicar o comportamento, os desejos sexuais de homens e de mulheres que se sentiam atraídos(as) pelo mesmo sexo. Assim, a autora afirma que o sujeito homossexual passa a existir na história da humanidade, a partir do século XIX, período de investigação no campo da medicina e da psicologia sobre o “homossexualismo”.¹

Por meio do discurso da Medicina, pessoas que tinham afetos, desejos e/ou práticas sexuais por indivíduos do mesmo sexo (biológico) eram patologicamente doentes, perversos e desviantes. Suas condutas sociais não estavam de acordo com a moral e os bons costumes do século XIX (PRADO; MACHADO, 2012). Esses

¹ Sobre essa discussão, Jimena Furlani (2009), em seu livro *Mitos e Tabus da Sexualidade Humana*, não descarta a prática da homossexualidade antes do século XIX, citando algumas sociedades primitivas que praticavam sexo entre pessoas do mesmo gênero sexual, mas que não se reconheciam como homossexuais. Essas práticas estavam dentro de ritos religiosos fazendo parte de sua cultura e de suas crenças.

Realização:



Apoio:



discursos foram então preconizados pela burguesia, classe que se destaca a partir do século XIX pelo grande ganho de poder e visibilidade. A classe burguesa, com um projeto ideológico de sociedade, com valores morais, regulamenta, nesse período, o que é lícito ou ilícito, ou seja, algo basilar para pensar-se a consolidação da constituição dos direitos e deveres dos cidadãos e das cidadãs.

Com essas narrativas, a burguesia instituiu o modelo ideal de família, conhecida como família nuclear. Esse modelo de família era composto pela formação a partir das relações heterossexuais: pai, mãe e filhos/as, legitimando assim as práticas heteronormativas (WEEKS, 2000).²

Dessa forma, o Estado passa a intervir no controle do corpo e da sexualidade subjetivamente, utilizando a família como um elo para fiscalizar as condutas dos membros desse núcleo familiar. Assim, as preocupações com o corpo, a sexualidade e a moral podem ser observadas no Ocidente no período Vitoriano (século XIX) em que a preocupação da construção sexual e seu dinamismo passam a ser de responsabilidade do Estado.

O período vitoriano é um período crucial para se compreender esse processo em toda sua complexidade. Tradicionalmente, os historiadores e historiadoras têm se concentrado no caráter repressivo da época e, sob muitos aspectos, isso se constitui numa descrição acurada. Havia, de fato, uma grande dose de hipocrisia moral, já que os indivíduos (especialmente homens) e a sociedade aparentavam respeitabilidade, mas faziam algo bem diverso. A sexualidade das mulheres era severamente regulada para assegurar a "pureza", mas, ao mesmo tempo, a prostituição era abundante. As doenças venéreas representavam uma grande ameaça à saúde, mas eram enfrentadas através de tentativas de controlar e regular a sexualidade feminina ao invés da masculina. Na metade do século XIX, estimuladas pela expansão de epidemias tais como a cólera e o tifo em cidades superpovoadas, as tentativas de reformar a sociedade se concentraram em questões de saúde e moralidade pessoal. De 1860 até 1890, a prostituição, as doenças venéreas, a imoralidade pública e os vícios privados estavam no centro dos debates: muitas pessoas viam na decadência moral um símbolo da decadência social. (WEEKS, 2000, p. 38).

² A heteronormatividade, segundo o livro *Preconceito Contra Homossexuais: a hierarquia da invisibilidade*, de Marco Aurélio Prado e Frederico Viana Machado, são conjuntos de práticas sociais capazes de interferir na vida pública e privada do indivíduo conduzindo a entender a sociedade apenas por uma única ótica: sexual, comportamental.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Nesse período, os corpos normatizados dentro das regras estabelecidas nos discursos propostos pelo Estado deveriam ser seguidos à risca para que doenças e epidemias ficassem sobre controle. Seria uma questão de segurança para o Estado, ou seja, disciplinando corpos e conduzindo a moral. Esses corpos eram protegidos de doenças, de perversões sexuais ou, até mesmo, de desvio sexual, como eram enquadrados os(as) homossexuais na época. Assim estabeleceram-se modelos de conduta e de comportamento que deveriam ser seguidos socialmente, aplicando-se as regras de convivência entre os gêneros (WEEKS, 2000).³

O assunto sobre sexo em uma família nuclear composta de pai, mãe e filhos/as não era assunto a ser discutido abertamente. Então, essas incógnitas logo eram silenciadas, não havendo, no momento da dúvida, informações que pudessem esclarecer e gerar o entendimento. Assim, como o Estado fiscalizava a conduta sexual feminina, caía sobre a mãe a responsabilidade de educar os(as) filhos(as) sexualmente. Desse modo, as mulheres da época recorriam aos centros medicinais, criados no período vitoriano que seguiam as cartilhas que obedeciam a moralidade da época (WEEKS, 2000).

Como herdeiro desse pudor típico da era vitoriana, os discursos morais sobre o sexo estão presentes em nosso cotidiano. Com a finalidade de informar, acabam confundindo e criando dúvidas, tais como a sexualidade, a orientação sexual, o corpo, pois a sexualidade em vez de ser uma descoberta torna-se algo culposos e pecaminoso. Ou seja, vem carregada de ideologias morais presentes em nossa vida cotidiana (PRADO; MACHADO, 2012).

Os discursos sexuais estão inseridos implícita ou explicitamente em nosso cotidiano. As mudanças, em uma via de mão dupla, trouxeram a visibilidade de novas identidades sexuais, antes desconhecidas e subjugadas pela hegemonia do

³ A era vitoriana foi um dos momentos na história que a sexualidade foi cuidadosamente confiscada e encerrada por decoros e segredos, atos e palavras, regulados, expulsos, negados e reduzidos ao silêncio por gerações, marcado por um falso pudor. Nesse período, a moral, os bons costumes e a ascensão social estavam ligados ao ato de enunciar a sexualidade (WEEKS, 2000).

Realização:

Apoio:



discurso e práticas da heteronormatividade que silenciavam as homossexualidades (FURLANI, 2009).

Com os corpos se modificando, novas identidades sexuais começam a surgir dentro do performativo social e dinamizado nos espaços públicos e privados. Além do performativo social em que os indivíduos desenvolvem a construção social do masculino e do feminino, começam a surgir diferentes identidades de gêneros: *cross-dressing*, lésbica, *pansexual*, *bissexual*, *drag queens*, *drag kings*, travesti, assexuados/as, transexuais, entre outros performativos que vão compondo a sociedade contemporânea. Considerando as diferenças históricas no que tange à sexualidade e suas transformações, a população jovem, na atualidade, tem contato com o sexo, e esses performativos estão cada vez mais prematuros, seja por meio da relação sexual ou da maternidade precoce (GALLO, 2007).

Ao destacar essa aproximação do cotidiano com o discurso sexual, observamos que, nitidamente, alguns silêncios que estavam presentes sobre a constituição das sexualidades permanecem ou reaparecem de forma gradativa. Esses discursos e esses silêncios que ocorrem em casa, na família e nas instituições públicas e privadas não podem ser ignorados. Essas transformações que vão penetrando nos relacionamentos e nas relações sociais entre classes precisam ser debatidas de forma ampla para desconstruir os discursos sexuais mais anacrônicos. Torna-se necessário, assim, entender as mudanças recentes, conforme sugere Louro (2007), já que

[...] as profundas transformações que, nas últimas décadas, vêm afetando múltiplas dimensões da vida de mulheres e de homens e alterando concepções, as práticas e as identidades sexuais teriam de ser levadas em consideração. Jovens ocidentais de grandes cidades do final do século XX terão, sem dúvida, outras respostas (seguramente, outras perguntas) se comparados com a jovem que eu fui e com jovens de outras épocas, outras regiões. (LOURO, 2007, p. 7).

Em função disso, percebemos que, na transição dos séculos XIX-XX, ocorreram muitas transformações no campo das ciências sociais, humanas e médicas. Foi preciso ressignificar alguns conceitos, abandonar velhos hábitos e

Realização:



Apoio:



começar a pensar nos vários sentidos para a sexualidade, a começar pela própria identificação. Assim sendo, em fins do século XX, o conceito homossexualismo ganha um novo sentido. Desse modo, destacamos o pensamento de Furlani (2009) para mostrar esse conceito:

HOMOSSEXUALIDADE (do latim, sufixo *dade* = “qualidade de”) passou a ter a preferência de muitas pessoas a este tipo de relacionamento, não como uma condição desviante ou doença, mas sim, como uma possibilidade legítima de homens e mulheres viverem seus afetos e prazeres. Hoje, igualmente positivos, contudo, com compreensões distintas, dependendo de cada autor(a), a homossexualidade pode também ser apresentada pelas palavras homoerotismo, homoafetividade, homoconjugalidade. (FURLANI, 2009, p. 153-154).

Tais afirmações vêm ao encontro das argumentações de Deco Ribeiro (2011) sobre a formação política para a sexualidade, o ato de abandonar certas roupagens, narrativas e ideologias durante a transição do século XIX para o XX. Tudo isso tem grande efeito no século XXI, no contato com outras culturas, outros discursos e novas maneiras de análise que coloquem em cheque os próprios conceitos de homem e de mulher que cedem a essa explosão de informação. Segundo Marco Aurélio Máximo Prado e Frederico Viana Machado,

[...] a expansão do capitalismo, as grandes guerras, os movimentos contraculturais e os movimentos sociais, a relativização e a flexibilização dos papéis sociais, a crescente consolidação e proliferação do Estado democrático e liberal, associado à globalização (ou à transnacionalização) e à ocidentalização do mundo, e a crise das grandes narrativas científicas produziram um cenário amplamente complexo, que nos impossibilita compreender, por um lado, a sexualidade, sem a considerarmos no âmbito do político e, por outro, a política, sem considerarmos suas implicações na sexualidade e na vida privada. (PRADO; MACHADO, 2012, p. 13).

No decorrer do século XX, movimentos das mais diversas ordens colocaram em pauta questões ligadas aos direitos das mulheres e dos(as) homossexuais, quando muitas regras foram rompidas. As mulheres brasileiras conquistaram juridicamente direitos inconcebíveis no século XIX, tais como o direito à participação

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



eleitoral, ao divórcio, ao acesso ao mercado de trabalho. No que diz respeito aos(as) homossexuais, destacam-se a recente conquista da união civil entre pessoas do mesmo sexo e a possibilidade de adoção, o que já vem acontecendo em alguns Estados por determinações jurídicas. No entanto, persistem assuntos tabus, como questões ligadas ao aborto, prática proibida e criminalizada no Brasil, mas realizada indiscriminadamente.

IMPRESSÕES E EXPRESSÕES

A pedagogia do insulto expressa nas respostas da seção anterior remete à miscelânea de sentimentos que alunos(as) LGBTTT vivenciam na escola. Ao afirmar que “nesta escola não há lugar para bichinhas, gays, lésbicas”, a profissional da educação já impõe seus padrões sexuais aos(as) estudantes, deixando explícito em sua resposta a exclusão de determinadas categorias sexuais. Ao prosseguir na frase “aqui ensinamos cidadania, respeito e educação, por isso não tem”, ela considera todos(as) jovens LGBTTT como anormais, esquisitos e sem educação, não merecendo a formação intelectual, muito menos estarem presentes naquele espaço.

Assim, a finalização da pesquisa permitiu que pudéssemos registrar nossas impressões e expressões sobre o tema analisado. Ao adentrar no campo da diversidade sexual e da homofobia na escola, não é possível ficarmos indiferentes a tudo que ouvimos, presenciemos e sentimos. Nesse aspecto, este trabalho propôs uma reflexão sobre o entendimento, as manifestações e as violências contra os(as) alunos(as) LGBTTT presentes nas escolas públicas de nível médio de Paranaíba.

Nesse sentido, avaliamos que as questões ligadas à diversidade sexual é algo latente/presente no cotidiano escolar. Por isso, em nossa pesquisa, manifestamos a temática sexualidade nos estudos científicos, realizando, assim, um breviário das homossexualidades e seu surgimento na história. Interligado a isso, fizemos um paralelo de como as identidades sofrem interferências sendo moldadas pelas redes de poder de uma sociedade.

Percebemos que a temática diversidade sexual e homofobia não são desenvolvidas nas escolas pesquisadas, por conta da recusa dos(as) profissionais

Realização:



Apoio:



da educação em oferecer essas discussões aos(as) alunos(as). Assim, todos os assuntos ligados a esses temas, são conduzidos por preceitos religiosos e opiniões próprias. Desse modo, ao embrenharmo-nos na história dos movimentos pelos direitos pró-sexuais e a visibilidade desses grupos, apreendemos que não estamos sozinhos, que nossa luta é diária, que, mesmo as escolas fazendo resistência em não trabalhar o tema, o assunto é algo presente nos movimentos sociais e nas relações entre as pessoas.

A partir do breve histórico de luta dos movimentos LGBTTT, realizamos um estudo sobre as diversas formas de violências homofóbicas e suas tipificações, situações presentes na sociedade e na escola. Pontuamos as políticas públicas educacionais para o gênero e a diversidade sexual e as tentativas de sua aplicabilidade, percebendo, assim, uma tentativa da SEED/PR em levar tais temáticas para as escolas, mas não surtindo resultado por conta da recusa dos colégios e da comunidade de modo geral.

Outra questão que contribuiu para a nossa investigação foram os Relatórios Sobre a Violência Homofóbica no Brasil, mais especificamente, o do ano de 2011, quando a cidade de Paranavaí/PR apareceu como a terceira no Estado do Paraná com maior índice de homofobia. A leitura e a análise desse documento acentuaram a necessidade de estudos sobre a homofobia que ultrapassam os muros da escola.

O ano de 2015 tem sido de profundos debates ligados à inserção das discussões de gênero nos Planos de Educação no âmbito nacional, estadual e municipal. Nesse contexto, presenciamos um verdadeiro espetáculo de homofobia na cidade de Paranavaí, quando grupos religiosos uniram-se para retirar da proposta do plano municipal toda e quaisquer discussões envolvendo termos como gênero, orientação sexual e/ou sexualidade.

Na câmara municipal da cidade, durante audiência pública aberta para esta discussão, grupos religiosos saíram em defesa da família tradicional e contra a chamada “ideologia de gênero”.⁴ Rendidos pelo poder dos votos, vereadores, sem

⁴ A audiência pública aconteceu no dia 15 de junho de 2015. O grupo religioso denominado Confraria do Rosário antecedeu à discussão, atuando em missas, cultos, reuniões de comunidades e escolas



analisar a importância da discussão da temática na escola votaram por unanimidade pela retirada dos termos. Vale lembrar que o grupo em defesa dos direitos LGBTTT marcou posicionamento, tomando a palavra na tentativa de esclarecer a importância da manutenção dos termos gênero, orientação sexual e/ou sexualidade no item sobre as estratégias para evitar a evasão escolar dos LGBTTT. Após a votação, os(as) religiosos(as) voltaram para seus lares, ficando impunes de todo o discurso de violência e ódio expressado na Câmara dos Vereadores.

Na fase da coleta e do desenvolvimento da dissertação, vivenciamos cada embate sobre as discussões de gênero no plano de educação. Fato este que enriqueceu a nossa bagagem como pesquisadores(as) e educadores(as) e que aguçou a nossa militância.⁵ Nesse período de transição, quando as pessoas sentiram-se seguras para expelir suas homofobias abertamente, muitas das respostas coletadas vieram recheadas de desprezo e violências contra os(as) alunos(as) *Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais e Travestis*.

Assim, fechamos este ciclo, acreditando que a educação é o meio de pensarmos as questões da diversidade sexual e homofobia na escola, desde o momento em que percebemos a violência contra os(as) alunos(as) LGBTTT e toda a opressão que também profissionais da educação passam por não assumirem sua sexualidade, por serem violentados(as) em seus lares.

no sentido de denunciar a chamada “ideologia de gênero”. Assim, a plenária da câmara foi tomada por pessoas ligadas aos grupos religiosos, quando católicos e evangélicos se uniram em uma verdadeira frente religiosa fundamentalista. Vale lembrar que a terminologia “Ideologia de Gênero” não aparece em nenhuma parte do PMP. O PMP é um documento que define metas educacionais para o município por um período de 10 anos. Trata-se de uma exigência prevista na Lei Federal nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE). Um Plano Municipal de Educação não é um plano somente da Rede de Ensino do Município, mas um plano de Educação do Município. Assim, o Plano deve estabelecer diretrizes e metas para o Ensino Médio e para a educação superior no município, dialogando com os responsáveis por esses níveis de escolarização. Essa discussão foi televisionada, ganhou os jornais impressos e a feminista Lola do blog: Escreva Lola Escreva se posicionou sobre a cidade de Paranavaí: Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2015/06/guest-post-reacionarios-combatem.html>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

⁵ Alguns grupos se manifestaram favoráveis a discussão de gênero na escola, lutando para que permanecessem os termos gênero, orientação sexual e/ou sexualidade no PMP. Estiveram presentes: Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual de Paranavaí – NUDES; Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Paraná – Unespar Campus Paranavaí; Frente Emancipada de Mulheres Empoderadas – FEME; Diretório Central dos Estudantes de Paranavaí DCE e Professora Isabela Candeloro Campoi.

Realização:

Apoio:



É preciso que essa discussão seja permanente no campo educativo. Não precisamos de um aval para discutir sobre gênero, diversidade sexual e homofobia, já temos políticas educacionais que nos amparam para tais discussões. Comungando assim do pensamento da filósofa Viviane Mosé (2015): “Ninguém precisa de lei para discutir gênero na escola, isso faz parte de qualquer discussão em escola [...], gênero diz respeito às pessoas e o que mais tem na escola são pessoas: como é que preciso de lei para discutir gente? ”.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Leituras Filosóficas. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

FURLANI, Jimena. **Mitos e tabus da sexualidade humana**: subsídios ao trabalho em educação sexual. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GALLO, Sílvio. Educação menor: produção de heterotopias no espaço escolar. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; SILVA, Méri Rosane Santos da; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade**: composições e desafios para a formação docente. Rio Grande: FURG, 2007. p. 93-102.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

LOURO, Guacira Lopes. **Prendas e Antiprendas**: uma escola de mulheres. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

PRADO, Marcos Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades**: a hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção Preconceitos; v.5).

RIBEIRO, Deco. Stonewall: 40 anos de luta pelo reconhecimento LGBT. In: COLLING, Leandro. (Org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: EDUFBA, 2011. (Coleção CULT, n. 9). p. 153-156.

WEEKS, Jeffrey. O Corpo e a Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 35-79.

ABSTRACT

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação





The objective of this study is to understand the practices in the treatment of sexual diversity by the teams of the schools studied, which were analyzed according to public educational policies. For that, a theoretical discussion about the theme and its application in the academic studies was made. There were different opinions and representations about sexual diversity and homophobia in the interviewees' responses, from which the affirmation of the stereotypes that have provided different forms of violence faced by LGBTT students was verified. Based on the analysis of the latest reports on homophobic violence in Brazil, it was found that, in spite of the state and national public policies created to confront homophobic violence, the discourses contained in the answers minimize the subjects who deviate from the heteronormative pattern.

Key Words: Education; Homophobia; Schools; Sexual Diversity; Public policy.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação

